

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Professor-associado da Faculdade de Direito da UFMT. Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Clássica de Lisboa. Doutor *summa cum laude* em Direito Internacional pela UFRGS. Mestre em Direito pela Unesp, *campus* de Franca. Advogado e Membro-consultor da Comissão Especial de Direito Internacional do Conselho Federal da OAB.

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

14^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



☞ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

☞ Fechamento desta edição: 27.04.2021

☞ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

☞ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

☞ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

☞ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

☞ Capa: Aurélio Corrêa

☞ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

M429c

Mazzuoli, Valerio de Oliveira

Curso de direito internacional público / Valerio de Oliveira Mazzuoli. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4128-4

1. Direito internacional público. 2. Direito internacional público e direito interno. 3. Relações internacionais. 4. Tratados. 5. Direitos humanos. 6. Direito ambiental. I. Título.

21-70666

CDU: 341.1/.8

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135

Sumário

PARTE I TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – A Sociedade Internacional	3
1 O que é o Direito Internacional Público?	3
2 Sociedade e comunidade.	4
3 Ordem jurídica da sociedade internacional.....	8
Seção II – Gênese e Estado Atual do Direito Internacional Público	10
1 Introdução.	10
2 Origens históricas do Direito Internacional Público.	10
3 Tendências evolutivas do Direito Internacional	15
4 O Direito Internacional Público nos dias atuais.....	18
5 O ensino do Direito Internacional Público	19
Seção III – Conceito, Denominações e Divisões.....	21
1 Conceito.....	21
a) <i>Critério dos sujeitos intervenientes</i>	23
b) <i>Critério das matérias reguladas</i>	23
c) <i>Critério das fontes normativas</i>	23
2 Denominações.	25
3 Divisões.....	27
4 Aplicação internacional e interna.....	28

Capítulo II

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO ESTATAL

1 Propositura do problema.....	31
2 Dualismo	32
3 Críticas à doutrina dualista	37
4 Monismo.....	38
a) <i>Monismo nacionalista</i>	39
b) <i>Monismo internacionalista</i>	41
c) <i>Monismo internacionalista dialógico</i>	46
5 Doutrinas conciliatórias	48
6 As relações entre o Direito Internacional e o Direito interno no direito constitu- cional comparado	48
a) <i>Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno sem disposição de primazia</i>	49

b) Cláusulas de adoção das regras do Direito Internacional pelo Direito interno com a primazia do primeiro	51
c) Cartas Constitucionais que não contêm disciplinamento acerca das relações entre o Direito Internacional e o Direito interno	54

Capítulo III

FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	55
2 Doutrinas	56
a) Doutrina voluntarista	56
b) Doutrina objetivista	58
3 Fundamento do Direito Internacional na norma <i>pacta sunt servanda</i>	58

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Fontes Primárias	63
1 Introdução	63
2 Fontes materiais e formais	64
3 Rol originário das fontes do Direito Internacional Público	66
4 Os tratados internacionais	68
5 O costume internacional	70
a) Conceito de costume internacional	71
b) Elementos formadores do costume	72
b.1) Elemento material ou objetivo	72
b.2) Elemento psicológico ou subjetivo	73
c) Processos (clássico e contemporâneo) de formação do costume	75
d) Extensão geográfica do costume	75
e) Hierarquia entre costumes e tratados internacionais	76
f) Prova do costume	77
g) Interpretação do costume	78
h) O problema dos novos Estados	80
i) A (im)possibilidade jurídica da teoria do “objeto persistente”	80
j) Aplicação direta do costume internacional na ordem interna	82
6 Os princípios gerais de direito	83
Seção II – Meios Auxiliares e Novas Fontes	87
1 Introdução	87
2 Jurisprudência	87
3 Doutrina dos publicistas	90
4 Analogia e equidade	91
5 Atos unilaterais dos Estados	94
a) Atos autonormativos	97
b) Atos heteronormativos	99
6 Decisões das organizações internacionais	99

7	Atos unilaterais transnacionais.....	106
8	Obrigações <i>erga omnes</i> , <i>jus cogens</i> e <i>soft law</i>	107
	a) <i>As obrigações erga omnes</i>	108
	b) <i>O jus cogens internacional</i>	111
	c) <i>O fenômeno da soft law na atualidade</i>	116

Capítulo V

DIREITO DOS TRATADOS

Seção I – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1969.....	121
1 Introdução.....	121
2 Antecedentes históricos.....	122
3 A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.....	124
4 Desmembrando o conceito de tratado internacional.....	127
a) <i>Acordo internacional</i>	128
b) <i>Celebrado por escrito</i>	129
c) <i>Concluído entre Estados ou organizações internacionais</i>	130
d) <i>Regido pelo Direito Internacional</i>	133
e) <i>Celebrado em instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos</i>	134
f) <i>Ausência de denominação específica</i>	135
5 Terminologia dos tratados.....	135
a) <i>Tratado</i>	136
b) <i>Convenção</i>	136
c) <i>Pacto</i>	137
d) <i>Acordo</i>	137
e) <i>Acordo por troca de notas</i>	137
f) <i>Acordo em forma simplificada ou acordo do executivo</i>	138
g) <i>“Gentlemen’s agreements”</i>	139
h) <i>Carta</i>	140
i) <i>Protocolo</i>	140
j) <i>Ato ou ata</i>	140
k) <i>Declaração</i>	140
l) <i>“Modus vivendi”</i>	141
m) <i>Arranjo</i>	141
n) <i>Concordata</i>	141
o) <i>Reversais ou notas reversais</i>	142
p) <i>Ajuste ou acordo complementar</i>	142
q) <i>Convênio</i>	142
r) <i>Compromisso</i>	142
s) <i>Estatuto</i>	142
t) <i>Regulamento</i>	142
u) <i>Código</i>	143
v) <i>Constituição</i>	143
w) <i>Contrato</i>	143

6	Estrutura dos tratados.....	143
a)	O título.....	144
b)	O preâmbulo ou exórdio.....	144
c)	O articulado (ou dispositivo).....	144
d)	O fecho	144
e)	A assinatura	144
f)	O selo de lacre.....	145
7	Classificação dos tratados.....	145
a)	Quanto ao número de partes	145
b)	Quanto ao tipo de procedimento utilizado para a sua conclusão	147
c)	Quanto à possibilidade de adesão	150
d)	Quanto à natureza jurídica	150
e)	Quanto à execução no tempo	154
f)	Quanto à execução no espaço	154
g)	Quanto à estrutura da execução	155
8	Processo de formação dos tratados.....	155
9	Desmembrando as fases internacionais da formação dos tratados	160
a)	As negociações preliminares	160
b)	A adoção do texto	163
c)	A autenticação.....	165
d)	A assinatura	167
e)	A ratificação	171
f)	A adesão.....	185
10	Reservas aos tratados multilaterais	188
a)	Conceito e formulação das reservas	188
b)	Limites às reservas	190
c)	Procedimento das reservas	192
d)	Distinção entre reservas e outros atos não reservativos.....	193
e)	Aceitação e objeção das reservas	194
f)	Efeitos das reservas	195
g)	O problema das reservas e das emendas no âmbito interno.....	196
11	Emendas e modificações aos tratados	199
12	Entrada em vigor e aplicação provisória dos tratados.....	202
a)	Entrada em vigor dos tratados.....	202
b)	Aplicação provisória dos tratados	203
13	Registro e publicidade dos tratados	204
14	Observância e aplicação dos tratados.....	206
a)	Observância (ou cumprimento) dos tratados.....	206
b)	Aplicação dos tratados (no tempo e no espaço).....	211
15	Interpretação dos tratados.....	213
a)	Regra geral de interpretação	214
b)	Meios suplementares de interpretação	216

c)	<i>Interpretação de tratados autenticados em duas ou mais línguas</i>	217
d)	<i>Sistemas de interpretação</i>	218
d.1)	<i>Interpretação internacional</i>	219
d.2)	<i>Interpretação interna</i>	220
d.3)	<i>Interpretação doutrinária</i>	220
e)	<i>A interpretação dos tratados de direitos humanos</i>	221
16	<i>Os tratados e os terceiros Estados</i>	221
a)	<i>Efeito difuso de reconhecimento de uma situação jurídica objetiva</i>	222
b)	<i>Efeito de fato de repercussão sobre terceiro Estado das consequências de um tratado</i>	222
c)	<i>Efeito jurídico na atribuição de obrigações e na concessão de direitos a terceiros Estados</i>	223
c.1)	<i>Tratados que criam obrigações para terceiros Estados</i>	224
c.2)	<i>Tratados que criam direitos para terceiros Estados</i>	225
17	<i>Vícios do consentimento e nulidade dos tratados</i>	226
a)	<i>Anulabilidade do consentimento</i>	227
b)	<i>Nulidade do consentimento</i>	229
c)	<i>Nulidade dos tratados</i>	229
18	<i>O jus cogens e o tema da nulidade dos tratados</i>	232
a)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens anterior</i>	233
b)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens posterior</i>	234
c)	<i>Conflito entre tratado e norma de jus cogens existente antes da entrada em vigor da Convenção de Viena</i>	236
d)	<i>Procedimento relativo à nulidade ou extinção de tratado em conflito com norma de jus cogens</i>	238
19	<i>A inconstitucionalidade dos tratados</i>	239
a)	<i>Concepção constitucionalista</i>	239
b)	<i>Concepção internacionalista</i>	240
c)	<i>Concepção conciliatória</i>	241
d)	<i>A solução adotada pela Convenção de Viena de 1969</i>	242
20	<i>O conflito entre tratados sucessivos</i>	247
21	<i>Extinção dos tratados</i>	250
a)	<i>Expiração do termo pactuado</i>	252
b)	<i>Condição resolutiva</i>	252
c)	<i>Execução integral do objeto do tratado</i>	253
d)	<i>O tratado posterior</i>	254
e)	<i>Violação grave do tratado</i>	254
f)	<i>Impossibilidade superveniente e mudança fundamental das circunstâncias</i>	256
f.1)	<i>Impossibilidade superveniente de cumprimento do tratado</i>	256
f.2)	<i>Mudança fundamental das circunstâncias</i>	256
g)	<i>Rompimento das relações diplomáticas e consulares</i>	258
h)	<i>O estado de guerra</i>	258
i)	<i>Suspensão da execução de um tratado em virtude de suas disposições ou pelo consentimento das partes</i>	259

22	A denúncia dos tratados	259
a)	<i>A denúncia na Convenção de Viena de 1969</i>	260
b)	<i>O problema da denúncia no Direito interno brasileiro</i>	263
23	Consequências do consentimento viciado, da nulidade, extinção e suspensão da execução de um tratado	268
24	A questão dos memorandos de entendimentos (MOUs).....	269
a)	<i>A redação dos memorandos</i>	271
b)	<i>Inexistência de aprovação parlamentar</i>	271
c)	<i>Falta de registro nas Nações Unidas</i>	272
d)	<i>Confidencialidade</i>	272
e)	<i>Conclusão sobre a sua natureza jurídica</i>	273
Seção II – O Direito dos Tratados na Convenção de Viena de 1986.....		273
1	Introdução	273
2	Histórico e situação atual da Convenção de 1986	274
3	Similitude entre as convenções de 1969 e de 1986.....	275
4	Capacidade das organizações internacionais para concluir tratados	275
5	Alguns tratados abrangidos pela Convenção de 1986	276
a)	<i>Acordos de sede</i>	276
b)	<i>Acordos sobre privilégios e imunidades</i>	277
c)	<i>Acordos para a instalação de órgãos vinculados à organização em Estados</i>	277
d)	<i>Acordos para a realização de encontros e promoção de cooperação entre organizações internacionais</i>	277
e)	<i>Acordos para a realização de conferências de organizações internacionais em Estados</i>	277
Seção III – Processualística Constitucional de Celebração de Tratados no Brasil		278
1	Introdução	278
2	A Constituição brasileira de 1988 e o poder de celebrar tratados	280
3	O relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo no processo de conclusão de tratados	288
4	O papel do Congresso Nacional no processo de celebração de tratados	293
5	Procedimento interno nas casas do Congresso Nacional	298
6	Prática brasileira para a entrada em vigor dos tratados	301
7	Efeitos da internalização dos tratados na ordem jurídica nacional.....	309
8	Autoridades públicas responsáveis pela execução dos tratados	310
Seção IV – O Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno		311
1	O caso brasileiro	311
2	Paridade normativa dos tratados comuns declarada pelo STF	313
3	Nosso posicionamento frente à posição do STF	318
4	O controle jurisdicional da convencionalidade das leis	323
a)	<i>A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano</i>	324
b)	<i>O controle de convencionalidade no Direito brasileiro</i>	329
b.1)	<i>Controle concentrado de convencionalidade</i>	329
b.2)	<i>Controle difuso de convencionalidade</i>	332

Seção V – Dos Tratados em Matéria Tributária	335
1 Propositura do problema.....	335
2 O art. 98 do Código Tributário Nacional	336
3 A questão das isenções de tributos estaduais e municipais por meio de tratados.....	340

Capítulo VI

CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	345
2 Propósito da codificação	345
3 A regra da Carta da ONU.....	346
4 Tentativas de codificação do Direito Internacional Público.....	348
5 Estado atual da codificação do Direito Internacional Público	349

PARTE II

PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL

Capítulo I

OS SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1 Introdução	353
2 Classificação dos sujeitos.....	355
3 Os Estados	355
4 Coletividades interestatais.....	356
5 Coletividades não estatais	357
a) <i>Beligerantes</i>	357
b) <i>Insurgentes</i>	358
c) <i>Os movimentos de libertação nacional</i>	358
d) <i>A Soberana Ordem Militar de Malta</i>	359
6 A Santa Sé e o Estado da Cidade do Vaticano	360
a) <i>A Santa Sé</i>	360
b) <i>O Estado da Cidade do Vaticano</i>	365
c) <i>A questão das concordatas</i>	367
7 Comitê Internacional da Cruz Vermelha	369
a) <i>Gênese</i>	369
b) <i>Funcionamento</i>	369
c) <i>Natureza jurídica</i>	370
8 Os indivíduos.....	371
a) <i>crimes contra a paz</i>	373
b) <i>crimes de guerra</i>	373
c) <i>crimes contra a humanidade</i>	373
9 Sujeitos não formais do Direito Internacional.....	376
a) <i>Empresas transnacionais</i>	376
b) <i>A mídia global</i>	378
10 Plano dos capítulos seguintes.....	378

Capítulo II

O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Seção I – Formação e Extinção do Estado	379
1 Introdução.....	379

2	Conceito e elementos constitutivos do Estado.....	380
a)	<i>Comunidade de indivíduos</i>	381
b)	<i>Território fixo e determinado</i>	383
c)	<i>Governo autônomo e independente</i>	386
d)	<i>Finalidade</i>	388
3	Formação do Estado.....	388
a)	<i>Fundação direta</i>	389
b)	<i>Emancipação</i>	389
c)	<i>Separação ou desmembramento</i>	390
d)	<i>Fusão</i>	391
4	Reconhecimento de Estado e de governo.....	391
a)	<i>Individual ou coletivo</i>	397
b)	<i>De direito (de jure) ou de fato (de facto)</i>	397
c)	<i>Expresso ou tácito</i>	398
d)	<i>Incondicionado ou condicionado</i>	398
e)	<i>Reconhecimentos especiais</i>	399
e.1)	<i>Reconhecimento de beligerância</i>	399
e.2)	<i>Reconhecimento de insurgência</i>	400
e.3)	<i>Reconhecimento como Nação</i>	401
e.4)	<i>Reconhecimento de governo</i>	401
e.4.1)	<i>Doutrina Tobar</i>	404
e.4.2)	<i>Doutrina Estrada</i>	404
5	Classificação dos Estados.....	405
5.1)	<i>Estados simples ou unitários</i>	406
5.2)	<i>Estados compostos</i>	406
5.2.1)	<i>Estados compostos por coordenação</i>	407
a)	<i>União Pessoal</i>	407
b)	<i>União Real</i>	408
c)	<i>União Incorporada</i>	409
d)	<i>Confederação de Estados</i>	409
e)	<i>Estado Federal</i>	410
f)	<i>Associações “sui generis”</i>	413
5.2.2)	<i>Estados compostos por subordinação</i>	414
a)	<i>Estados vassalos</i>	414
b)	<i>Estados protegidos ou protetorados</i>	415
c)	<i>Estados clientes</i>	416
d)	<i>Territórios não autônomos</i>	417
e)	<i>Territórios sob tutela</i>	418
f)	<i>Estados permanentemente neutros</i>	420
6	Extinção dos Estados.....	420
a)	<i>Anexação total</i>	421
b)	<i>Anexação parcial</i>	421
c)	<i>Fusão</i>	422

d) <i>Divisão ou desmembramento</i>	422
7 Sucessão de Estados	422
a) <i>Efeitos da sucessão quanto aos tratados</i>	424
b) <i>Efeitos da sucessão quanto à nacionalidade</i>	425
c) <i>Efeitos da sucessão quanto às obrigações financeiras</i>	426
d) <i>Efeitos da sucessão quanto à legislação interna</i>	427
e) <i>Efeitos da sucessão quanto ao domínio do Estado</i>	427
f) <i>Efeitos da sucessão quanto à participação em organizações internacionais</i>	428
8 Sucessão de organizações internacionais	428
Seção II – Domínio Terrestre do Estado	429
1 Introdução	429
2 Conceito e natureza	430
3 Fronteiras e limites	431
4 Modos de aquisição de território	435
a) <i>Ocupação</i>	435
b) <i>Acessão</i>	437
c) <i>Cessão</i>	438
d) <i>Prescrição aquisitiva</i>	439
e) <i>Conquista e anexação</i>	441
Seção III – Direitos e Deveres dos Estados	442
1 Introdução	442
2 Direitos básicos dos Estados	443
a) <i>Direito de conservação e defesa</i>	444
b) <i>Direito à liberdade e à soberania</i>	445
c) <i>Direito à igualdade</i>	449
d) <i>Direito ao comércio internacional</i>	451
3 Restrições aos direitos fundamentais dos Estados	452
a) <i>Capitulações</i>	452
b) <i>Garantias internacionais</i>	453
c) <i>Servidões internacionais</i>	453
d) <i>Concessões</i>	454
e) <i>Arrendamento de território</i>	454
f) <i>Condomínio</i>	455
g) <i>Neutralidade permanente</i>	457
h) <i>Neutralização de territórios</i>	457
4 Deveres dos Estados	458
a) <i>Deveres morais</i>	458
b) <i>Deveres jurídicos</i>	459
5 O dever de não intervenção	459
6 A doutrina Monroe	461
7 A doutrina Drago	462
Seção IV – Imunidade à Jurisdição e à Execução Estatal	464
1 Introdução	464

2	Diplomacia e serviço consular	465
3	Prerrogativas e imunidades diplomáticas.....	466
	a) <i>Prerrogativas e imunidades da missão</i>	466
	b) <i>Privilégios e imunidades dos agentes diplomáticos</i>	467
	b.1) <i>Inviolabilidade pessoal e domiciliar</i>	468
	b.2) <i>Imunidade jurisdicional</i>	468
	b.3) <i>Isenção fiscal</i>	470
4	Imunidade penal do pessoal da missão diplomática	472
5	Privilégios e imunidades consulares	476
6	Imunidade de jurisdição do Estado	478
7	O abuso da imunidade diplomática	487
8	Imunidade de jurisdição do Estado em matéria trabalhista.....	488
9	Imunidade de execução	493
	a) <i>Dos agentes do Estado</i>	494
	b) <i>Dos organismos internacionais</i>	494
	c) <i>Do próprio Estado</i>	495
	Seção V – Responsabilidade Internacional dos Estados	496
1	Introdução	496
2	Projeto de convenção internacional da ONU.....	497
3	Conceito de responsabilidade internacional.....	498
4	Características da responsabilidade internacional.....	500
5	Proteção diplomática	501
6	Elementos constitutivos da responsabilidade.....	504
	a) <i>O ato internacionalmente ilícito</i>	504
	b) <i>A imputabilidade ou nexo causal</i>	504
	c) <i>O prejuízo ou dano</i>	505
7	Formas de responsabilidade internacional	506
8	Natureza jurídica da responsabilidade internacional	507
9	Órgãos internos e responsabilidade internacional.....	508
	a) <i>Atos do Executivo</i>	509
	b) <i>Atos do Legislativo</i>	511
	c) <i>Atos do Judiciário</i>	513
	d) <i>Atos dos indivíduos</i>	514
10	Prévio esgotamento dos recursos internos.....	515
11	Apresentação de reclamações	517
12	Excludentes da responsabilidade.....	518
	a) <i>Consentimento do Estado</i>	518
	b) <i>Legítima defesa</i>	519
	c) <i>Contramedidas</i>	519
	d) <i>Força maior</i>	520
	e) <i>Perigo extremo</i>	520
	f) <i>Estado de necessidade</i>	520
	g) <i>Renúncia do indivíduo lesado</i>	521

13 Meios de reparação pela violação de uma obrigação internacional	522
Seção VI – Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais	523
1 Introdução	523
2 Chefes de Estado	523
a) <i>Privilégios pessoais</i>	525
b) <i>Imunidade em matéria penal</i>	525
c) <i>Imunidade em matéria civil</i>	525
d) <i>Imunidade de polícia e tributos</i>	526
3 Ministro das Relações Exteriores	526
4 Agentes diplomáticos	527
5 Os cônsules e funcionários consulares	531
6 Delegações junto às organizações internacionais	534

Capítulo III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS INTERGOVERNAMENTAIS

Seção I – Teoria Geral das Organizações Internacionais	537
1 Introdução	537
2 Definição	539
3 Características	541
4 Classificação	543
5 Personalidade jurídica internacional	545
6 Processo decisório	547
a) <i>Sistema da unanimidade</i>	548
b) <i>Sistema da dissidência</i>	548
c) <i>Sistema do voto ponderado</i>	548
d) <i>Sistema da maioria simples e da maioria qualificada</i>	548
7 Diferenças de fundo	548
8 Sede da organização	549
9 Admissão de novos membros	549
10 Representação dos Estados-membros	551
11 Sanções aos Estados-membros	552
12 Retirada voluntária dos Estados-membros	554
13 Ordem jurídica das organizações internacionais	555
14 A questão das imunidades	556
15 O pessoal paradiplomático	558
Seção II – A Organização das Nações Unidas	559
1 Origem histórica	559
2 Propósitos e finalidades específicas das Nações Unidas	560
3 Membros das Nações Unidas	561
4 Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU	562
5 Os órgãos das Nações Unidas	563
a) <i>Assembleia-Geral</i>	563
b) <i>Conselho de Segurança</i>	564
c) <i>Corte Internacional de Justiça</i>	567
d) <i>Conselho Econômico e Social</i>	568

e) Conselho de Tutela.....	569
f) Secretariado.....	570
6 Organismos especializados	571
a) Organismos internacionais de cooperação econômica	572
a.1) Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).....	572
a.2) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)	572
a.3) Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).....	573
a.4) Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)	573
a.5) Organização Mundial do Comércio (OMC)	573
b) Organismos internacionais de cooperação social.....	574
b.1) Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	574
b.2) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).....	575
b.3) Organização Mundial de Saúde (OMS)	575
c) Organismos internacionais de cooperação em comunicações.....	575
c.1) União Internacional de Telecomunicações (UIT).....	575
c.2) Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)	576
c.3) União Postal Universal (UPU).....	576
c.4) Organização Marítima Internacional (OMI).....	576
d) Organismos internacionais de finalidade específica	577
d.1) Organização Meteorológica Mundial (OMM)	577
d.2) Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	577
d.3) Organização Mundial do Turismo (OMT)	578
d.4) Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ)	578
7 Revisão da Carta da ONU	579
Seção III – Organizações Regionais e Supranacionais	579
1 Organizações regionais.....	579
2 Organizações supranacionais.....	580
3 A União Europeia	582
4 Mercado Comum do Sul (Mercosul)	584
a) Conselho do Mercado Comum (CMC).....	586
b) Grupo Mercado Comum (GMC).....	586
c) Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)	587
d) Parlamento do Mercosul (Parlasul)	587
e) Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)	588
f) Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).....	588
5 União das Nações Sul-Americanas (Unasul).....	590
Seção IV – Organização dos Estados Americanos.....	593
1 Introdução	593
2 Estrutura da Carta da OEA	594
3 Natureza, propósitos e princípios.....	595
4 Membros da OEA.....	596
5 Direitos e deveres fundamentais dos Estados-partes da OEA.....	597

6	Solução pacífica de controvérsias.....	598
7	Órgãos da OEA.....	598
	a) <i>Assembleia-Geral</i>	598
	b) <i>Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores</i>	599
	c) <i>Os Conselhos</i>	600
	d) <i>Comissão Jurídica Interamericana</i>	601
	e) <i>Comissão Interamericana de Direitos Humanos</i>	602
	f) <i>Secretaria-Geral</i>	602
8	Conferências especializadas.....	604
9	Organismos especializados.....	604

Capítulo IV

OS INDIVÍDUOS E O DIREITO INTERNACIONAL

Seção I – Nacionalidade do Indivíduo.....	605
1 Jurisdição do Estado.....	605
2 Conceito de nacionalidade	605
3 Nacionalidade e cidadania	609
4 Nacionalidade originária e adquirida	612
5 A nacionalidade de origem	619
a) Jus sanguinis	620
b) Jus soli.....	620
c) Sistema misto	620
6 Aquisição da nacionalidade	621
a) Aquisição pelo casamento	621
b) Aquisição pela naturalização.....	622
7 A nacionalidade brasileira.....	625
a) Brasileiros natos	625
b) Brasileiros naturalizados	635
8 Perda da nacionalidade brasileira.....	639
a) Causas de perda da nacionalidade brasileira.....	639
b) Perda da nacionalidade do brasileiro nato.....	640
c) Perda da nacionalidade do brasileiro naturalizado	643
9 Reaquisição da nacionalidade brasileira.....	645
10 Estatuto da igualdade entre brasileiros e portugueses.....	648
Seção II – Condição Jurídica do Estrangeiro.....	650
1 Conceito de estrangeiro	650
2 Admissão do estrangeiro no território nacional	652
3 Títulos de ingresso dos estrangeiros	653
4 Direitos dos estrangeiros	657
5 Exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal.....	660
a) Repatriação.....	660
b) Deportação	661
c) Expulsão	663
6 Extradicação.....	669

a)	<i>Conceito e entendimento</i>	669
b)	<i>Fontes do direito extradicional</i>	671
c)	<i>Natureza jurídica</i>	672
d)	<i>Condições gerais para a concessão</i>	673
e)	<i>Modalidades de extradição</i>	673
f)	<i>Extradição sem tratado</i>	674
g)	<i>Procedimento extradicional no Brasil</i>	677
h)	<i>Extradição monocrática</i>	683
i)	<i>Entrega do extraditando ao Estado requerente</i>	684
j)	<i>Casos de vedação da extradição</i>	685
k)	<i>O problema da prisão perpétua e da pena de morte</i>	688
l)	<i>Transferência de execução da pena</i>	690
7	<i>Asilo territorial e asilo diplomático</i>	690
a)	<i>Asilo territorial</i>	691
b)	<i>Asilo diplomático</i>	694
8	<i>Refúgio</i>	698
a)	<i>Regulamentação internacional</i>	700
b)	<i>Regulamentação interna</i>	702

PARTE III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

Capítulo I ZONAS POLARES

1	<i>Introdução</i>	709
2	<i>O Polo Norte</i>	710
3	<i>A Antártica</i>	712

Capítulo II O MAR

Seção I – Águas Interiores, Mar Territorial e Zona Contígua	715
1 Introdução	715
2 Águas interiores	717
3 Mar territorial	720
a) Conceito	721
b) Passagem inocente	722
c) Delimitação	723
4 Zona contígua	724
5 Estreitos	725
6 Canais internacionais.....	727
7 Estados Arquipélagos.....	728
8 Situação jurídica dos navios.....	728
a) Embarcações públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil).....	730
b) Embarcações privadas brasileiras (ou públicas quando utilizadas para fins comerciais).....	730

c) <i>Embarcações públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i>	730
d) <i>Embarcações privadas estrangeiras</i>	731
Seção II – Zona Econômica Exclusiva	731
1 Entendimento	731
2 Regulamentação internacional e interna.....	732
3 Direitos, deveres e jurisdição do Estado costeiro.....	732
4 Direitos de terceiros Estados.....	733
Seção III – Plataforma Continental e Fundos Marinhos	734
1 Plataforma continental	734
2 Fundos marinhos.....	736
Seção IV – Rios Internacionais.....	737
1 Conceito.....	737
2 Exercício da jurisdição estatal.....	739
3 Rio Amazonas e o Tratado da Bacia do Prata.....	740
4 Outros regimes internacionais.....	740
Seção V – O alto-mar.....	741
1 Importância da matéria	741
2 Conceito de alto-mar	741
3 O regime jurídico do alto-mar.....	742
a) <i>Liberdade de navegação e sobrevoo</i>	742
b) <i>Liberdade de pesca</i>	743
c) <i>Direito de efetuar instalações de cabos submarinos e oleodutos</i>	743
d) <i>Direito (limitado) de aproveitamento dos recursos existentes no fundo do mar e no subsolo correspondente</i>	743
4 Limites à liberdade do alto-mar	743
5 Acesso ao alto-mar pelos Estados sem litoral.....	744
6 Deveres dos Estados no alto-mar	745

Capítulo III

O ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO

Seção I – O Espaço Aéreo.....	749
1 Introdução.....	749
2 Normativa internacional	749
3 Princípios elementares.....	750
4 As cinco liberdades do ar	751
5 Situação jurídica das aeronaves	752
a) <i>Aeronaves públicas brasileiras (ou a serviço oficial do Brasil)</i>	753
b) <i>Aeronaves privadas brasileiras (ou estatais que se destinam à atividade privada)</i>	753
c) <i>Aeronaves públicas estrangeiras (ou a serviço oficial do governo estrangeiro)</i>	754
d) <i>Aeronaves privadas estrangeiras</i>	754
6 Segurança no ar	754
Seção II – O Espaço Extra-Atmosférico.....	754
1 Origens da regulamentação internacional	754

2	Natureza jurídica do espaço extra-atmosférico.....	755
3	Normativa internacional	755

PARTE IV

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE

Capítulo I

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Seção I – O Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	759
1 Generalidades	759
2 Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos.....	760
a) <i>Direitos do homem</i>	760
b) <i>Direitos fundamentais</i>	761
c) <i>Direitos humanos</i>	761
3 Características dos direitos humanos	763
a) <i>Historicidade</i>	763
b) <i>Universalidade</i>	763
c) <i>Essencialidade</i>	763
d) <i>Irrenunciabilidade</i>	764
e) <i>Inalienabilidade</i>	764
f) <i>Inexauribilidade</i>	764
g) <i>Imprescritibilidade</i>	764
h) <i>Vedação do retrocesso</i>	764
4 A questão das “gerações” (ou dimensões) de direitos.....	765
5 Críticas ao sistema geracional de direitos	766
6 Gênese do direito internacional dos direitos humanos.....	767
7 O Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	770
8 Tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro	773
a) <i>As incongruências do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	779
b) <i>Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3º do art. 5º da Constituição?</i>	783
c) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda nº 45/2004</i>	788
d) <i>Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda nº 45/2004)</i>	798
e) <i>Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3º do art. 5º da Constituição</i>	800
9 Os tratados internacionais de direitos humanos nas Constituições latino-americanas	801
Seção II – O Direito da Carta da ONU	804
1 A regra das Nações Unidas.....	804
2 Ausência de definição da expressão “direitos humanos”.....	806
3 Um passo rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	807

Seção III – Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	807
1 Introdução.....	807
2 Estrutura da Declaração Universal.....	809
3 Natureza jurídica da Declaração Universal de 1948.....	811
4 Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	813
5 Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal de 1948.....	816
Seção IV – Os Pactos de Nova York de 1966.....	817
1 A criação dos mecanismos de proteção.....	817
2 Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.....	819
3 Protocolo Facultativo ao Pacto sobre Direitos Civis e Políticos.....	822
4 Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	824
5 Protocolo Facultativo ao Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	828
6 Plano das seções seguintes.....	829
Seção V – Sistema Regional Interamericano.....	829
1 Introdução.....	829
2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	830
3 Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	834
4 Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	839
5 Processamento do Estado perante a Corte.....	842
6 Eficácia interna das sentenças proferidas pela CIDH.....	846
7 O problema da execução das sentenças da CIDH no Brasil.....	848
8 Eficácia da sentença para terceiros Estados.....	852
Seção VI – Sistema Regional Europeu.....	854
1 Introdução.....	854
2 A Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	856
3 A Corte Europeia de Direitos Humanos.....	861
4 Aperfeiçoamento institucional do sistema europeu.....	870
5 Simetrias e assimetrias entre os sistemas europeu e interamericano de direitos humanos.....	873
6 Conclusão.....	875
Seção VII – Sistema Regional Africano.....	875
1 Introdução.....	875
2 A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	876
3 A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	881
4 A Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	883
5 Conclusão.....	886
Seção VIII – Direitos Humanos no Mundo Árabe.....	886
1 Introdução.....	886
2 Desenvolvimento.....	887
3 Instrumentos.....	888
4 Órgãos de proteção.....	888
5 Conclusão.....	888

Seção IX – Direitos Humanos na Ásia.....	889
1 Introdução.....	889
2 Declaração de Direitos Humanos da ASEAN.....	889
3 Inefetividade da proteção	890
Seção X – Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....	890
1 Introdução	890
2 Precedentes históricos da criação do TPI.....	891
3 Criação e características do TPI	897
4 Estrutura e funcionamento do TPI	900
5 Competência material do TPI.....	904
a) <i>Crime de genocídio</i>	905
b) <i>Crimes contra a humanidade</i>	906
c) <i>Crimes de guerra</i>	907
d) <i>Crime de agressão</i>	909
6 A regra da responsabilidade penal individual	911
7 As aparentes antinomias entre o Estatuto de Roma e a Constituição brasileira	914
a) <i>A entrega de nacionais ao TPI</i>	914
b) <i>A pena de prisão perpétua</i>	917
c) <i>A questão das imunidades e o foro por prerrogativa de função</i>	919
d) <i>A questão da reserva legal</i>	919
e) <i>A questão do respeito à coisa julgada</i>	920
8 Conclusão	921

Capítulo II

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seção I – O Fenômeno da Proteção Internacional do Meio Ambiente.....	923
1 Introdução.....	923
2 Emergência e maturidade do Direito Internacional do Meio Ambiente	925
3 Instrumentos internacionais de proteção.....	929
4 Recurso às regras do Direito Internacional clássico	930
Seção II – Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente	931
1 Introdução	931
2 Rol das fontes formais.....	932
a) <i>Tratados internacionais</i>	932
b) <i>Costume internacional</i>	934
c) <i>Princípios gerais de direito</i>	934
d) <i>Doutrina e jurisprudência internacionais</i>	935
e) <i>Decisões e resoluções das organizações internacionais</i>	935
3 Reavaliação das fontes.....	935
Seção III – Meio Ambiente e Direitos Humanos	936
1 O direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental	936
2 A proteção do meio ambiente no Direito brasileiro	940
3 A positivação do direito ao meio ambiente sadio no sistema interamericano.....	941

4	A proteção do meio ambiente nas instâncias regionais de direitos humanos	942
	a) <i>Sistema regional interamericano</i>	942
	b) <i>Sistema regional europeu</i>	944
5	Inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente em outros instrumentos internacionais.....	946
6	Conclusão	947

PARTE V DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Capítulo I NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Seção I – Fundamentos, Objetivos e Dimensão Atual do Direito Internacional do Trabalho	951
1 Introdução	951
2 Fundamentos.....	953
3 Objetivos.....	954
4 A dimensão atual do Direito Internacional do Trabalho	955
5 Padrões trabalhistas mínimos e <i>dumping</i> social.....	955
a) <i>Posição dos países desenvolvidos</i>	956
b) <i>Posição dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento</i>	958
c) <i>A alternativa do “selo social”</i>	959
Seção II – A Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	959
1 Introdução	959
2 Finalidades	961
3 Competência	962
4 Natureza jurídica	963
5 Membros.....	963
6 Estrutura orgânica.....	965

Capítulo II CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA OIT

Seção I – As Convenções da OIT	969
1 Considerações gerais.....	969
2 Conceito de convenção.....	970
3 Natureza jurídica	971
4 Método negociado	972
5 Vigência internacional.....	972
6 Integração ao Direito brasileiro	973
7 Incorporação material e formal	977
8 Primazia da norma mais favorável.....	979
9 Interpretação das convenções.....	981

Seção II – As Recomendações da OIT	981
1 Conceito de recomendação	981
2 Natureza jurídica	983
3 Integração ao Direito brasileiro	983

PARTE VI CONFLITOS INTERNACIONAIS

Capítulo I

SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Seção I – Regras Gerais sobre Soluções de Controvérsias	987
1 Introdução	987
2 Conceito de controvérsias internacionais	987
3 Finalidade da matéria	988
4 Regra das Nações Unidas	989
5 Tratado Interamericano de Assistência Recíproca	990
6 Hierarquia dos meios de solução de controvérsias	991
Seção II – Meios Diplomáticos	992
1 Características da solução diplomática	992
2 Negociação direta	992
3 Bons ofícios	993
4 Sistema de consultas	994
5 Mediação	994
6 Conciliação	995
7 Inquérito	996
Seção III – Meios Políticos	997
1 Entendimento	997
2 Mecanismos de controle	997
3 A regra da não ingerência em assuntos internos	998
Seção IV – Meio Semijudicial (Arbitragem)	1002
1 Diferenças conceituais	1002
2 A arbitragem internacional	1003
3 Os árbitros	1004
4 Cláusula arbitral	1005
5 O processo arbitral	1005
6 Laudo arbitral	1006
7 Formas de arbitragem	1007
Seção V – Meios Judiciais	1007
1 Introdução	1007
2 A Corte Internacional de Justiça	1009
a) Regras sobre os juízes	1010
b) Competência contenciosa e consultiva	1010

c) Competência em razão da matéria	1013
d) Aceite à jurisdição contenciosa	1013
e) Sentença da Corte	1014
f) Idiomas oficiais	1015
3 Tribunais regionais e especializados	1015
4 Consentimento estatal	1016
Seção VI – Sanções ou Meios Coercitivos.....	1017
1 Finalidade dos meios coercitivos.....	1017
2 Retorsão	1017
3 Represálias.....	1019
4 Embargo.....	1019
5 Boicotagem.....	1020
6 Bloqueio pacífico	1021
7 Rompimento das relações diplomáticas	1021
8 Sanções coletivas internacionais.....	1021

Capítulo II

GUERRA E NEUTRALIDADE

Seção I – A Guerra	1023
1 Introdução	1023
2 Guerra e tecnologia	1023
3 Brevíssima gênese da guerra	1024
4 Definição de guerra.....	1025
5 Proibição jurídica da guerra.....	1025
6 As leis da guerra.....	1028
7 A declaração de guerra	1028
8 Efeitos da declaração de guerra	1030
9 As hostilidades	1030
10 Término da guerra.....	1031
11 A legítima defesa.....	1032
12 Crimes de guerra	1036
13 O terrorismo em Direito Internacional	1036
Seção II – A Neutralidade	1041
1 Conceito de neutralidade	1041
2 Críticas ao sistema da neutralidade	1042
3 Neutralidade e neutralização	1042
4 Formas de manifestação.	1043
5 Neutralidade nas organizações internacionais	1043
6 O futuro do sistema de neutralidade	1044

PARTE VII

FUTURO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Capítulo I

SURPRESAS E INCERTEZAS

1. Ainda o interestatismo	1047
2. Globalização das crises.....	1048
3. Vontade e razão	1049
4. Reconfiguração da ordem internacional	1051

Capítulo II

NOVA ORDEM INTERNACIONAL

1. Qual nova ordem?.....	1055
2. Cessão de soberania.....	1056
3. Cooperação multilateral.....	1058
4. Solidariedade internacional.....	1059
5. Conclusão.....	1060

Referências Bibliográficas.....	1063
Obras do Autor	1133